

Considerações Sobre o Censo Demográfico de 2022

ROGÉRIO NAGAMINE COSTANZI (*)

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou recentemente os dados por sexo e idade que permitem analisar questões importantes relacionadas ao envelhecimento da população. Esses dados iniciais não apenas confirmam a continuidade do envelhecimento populacional no Brasil como também permitem falar em aceleração do referido processo. Esse diagnóstico reforça a importância de planejamento das políticas públicas de médio e longo prazo no sentido de adequar o financiamento da seguridade social cujas despesas serão pressionadas, tanto os gastos previdenciários como também saúde e assistência social.

De forma a analisar essas questões, o presente artigo está organizado da seguinte forma:

- a) na primeira seção serão avaliados os dados do Censo 2022 em relação à questão do envelhecimento populacional e se tentará extrair possíveis impactos para a previdência social;
- b) na segunda parte serão feitas algumas análises regionais considerando os indicadores de envelhecimento por região e uni-

dade da federação e a relação dos benefícios do INSS / população;

- c) na terceira parte serão feitas as considerações finais.

1 Aceleração do Processo de Envelhecimento Populacional

Os resultados do Censo Demográfico 2022 por idade não apenas confirmam a continuidade do rápido e intenso envelhecimento populacional pelo qual o Brasil está passando, como se pode falar em aceleração do referido processo entre 2010 e 2022. A continuidade dessa tendência demográfica é esperada nas próximas décadas.

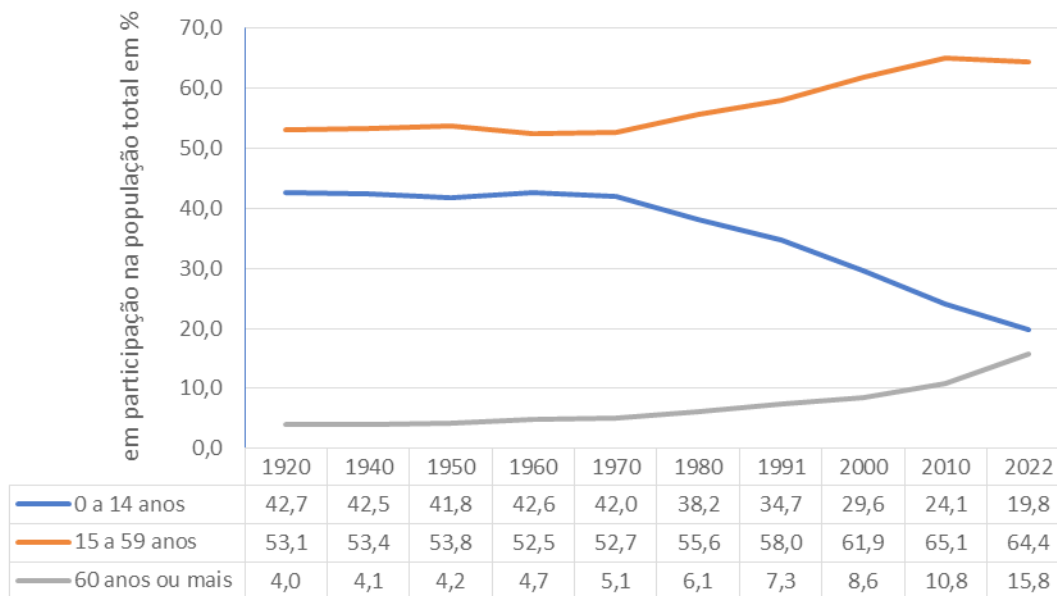
Analisando a evolução no período de 1920 a 2012, nota-se a tendência estrutural de crescimento da participação dos idosos ou pessoas de 60 anos ou mais de idade na população total. A referida participação saltou de um patamar em torno de 4,7%, em 1960, para 15,8% em 2022. A tendência de incremento vem ocorrendo, de forma mais significativa, desde a década de 1970, mas se acelerou no atual século, sendo que subiu de 10,8% para 15,8% entre 2010 e 2022 (ver Gráfico 1).

A participação das pessoas de 65 anos ou mais na população total também cresceu de forma significativa nas últimas décadas: subiu de 4%, em 1980, para 10,9% em 2022. O maior incremento ocorreu exatamente entre 2010 e 2022, quando a participação na população total saltou de 7,4% para 10,9% (IBGE, 2023).

Por outro lado, a participação do grupo etário de 0 a 14 anos vem caindo desde a década de 1960, reflexo da combinação de queda da fecundidade e aumento da expectativa de vida. Em 2022, a participação das pessoas até 14 anos de idade atingiu seu patamar mais baixo de todo o período de 1920 a 2022, caindo para 19,8% do total (ver Gráfico 1). A tendência é que a população de 60 anos ou mais ultrapasse o grupo etário de 0 a 14 anos de idade na década de 2030.

Por outro lado, o grupo etário de 15 a 59 anos, que teve aumento da participação entre 1960 e 2010, acabou tendo sua importância relativa na população total caindo de 65,1% para 64,4% entre 2010 e 2022 (Gráfico 1). Esse recuo é um indicador do fim do bônus demográfico no Brasil.

Gráfico 1 – Distribuição Etária da População Brasileira – em % do Total – Brasil – 1920 a 2022



Fonte: elaboração do autor a partir dados do IBGE - <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1209> - acesso em 03/12/2023 - há problemas de pessoas com idade ignorada entre 1920 a 1980.

Usando, de forma simplificada, os potenciais contribuintes para previdência social como sendo aqueles de 15 a 59 anos de idade¹ e os potenciais beneficiários como o grupo de 60 anos ou mais de idade, fica claro que nas últimas décadas o ritmo de crescimento dos últimos é muito superior ao dos primeiros. A estimativa feita pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua Anual de 2022 é que a faixa etária de 15 a 59 anos respondia por cerca de 94,6% do total de contribuintes para a previdência², enquanto a população de 60 anos ou mais de idade compreendia 81% do total de beneficiários de aposentadoria e/ou pensão por morte.

Entre 1980 e 2022, enquanto o ritmo de crescimento do grupo etário de 15 a 59 anos foi de 1,6%a.a., o total de idosos registrou uma média anual de incremento de 3,6%a.a.. Por essa razão, embora o total de potenciais contribuintes não tenha chegado a dobrar no período entre 1980 e 2022, os idosos (60 anos ou mais) foram multiplicados por quatro vezes no mesmo período.

Pode-se dizer que, considerando as faixas etárias citadas, a população idosa cresceu a um ritmo de cerca de 2,2 vezes o de potenciais contribuintes (15 a 59 anos).

No período entre 2010 e 2022, enquanto o ritmo de crescimento dos potenciais beneficiários (população idosa) teve média anual de 3,8%a.a., o grupo etário de 15 a 59 anos cresceu ao ritmo de apenas 0,4%a.a.. Portanto, os potenciais beneficiários cresceram a um ritmo de 8,7 vezes o de potenciais contribuintes.³ A população idosa (60 anos ou mais de idade) cresceu de 20,6 milhões para 32,1 milhões entre 2010 e 2022, representando um incremento de 11,5 milhões (média de + 960 mil idosos/ano). Já a população de 0 a 14 anos, refletindo a queda da fecundidade, caiu de 45,9 para 40,1 milhões no mesmo período (queda acumulada de 12,6% – redução média anual de 1,1%a.a.). Também aumentou os grupos de idosos com idade mais elevada: a população de 80 anos ou mais cresceu de 2,9 para 4,6 milhões (alta acumulada de 56,3% – média anual de 3,8%a.a. – vide Tabela 1A do Anexo).

Todos esses dados deixam claro que é possível tanto falar em um processo de aceleração do envelhecimento populacional como também denota que a evolução demográfica está levando a uma piora contínua e estrutural entre potenciais contribuintes e beneficiários da previdência social.

Tabela 1 - Grupos Etários na População Total em % – Brasil – Censos de 1980, 2010 e 2022

ANO	15 a 59 anos em milhões	60 anos ou mais em milhões	Total em milhões
1980	66,2	7,2	119,0
2010	124,2	20,6	190,8
2022	130,8	32,1	203,1
Varição Anual acumulada em %			
2022/2010	5,3	56,0	6,5
2022/1980	97,6	345,0	70,7
Varição Média Anual em %a.a.			
2022/2010	0,4	3,8	0,5
2022/1980	1,6	3,6	1,3

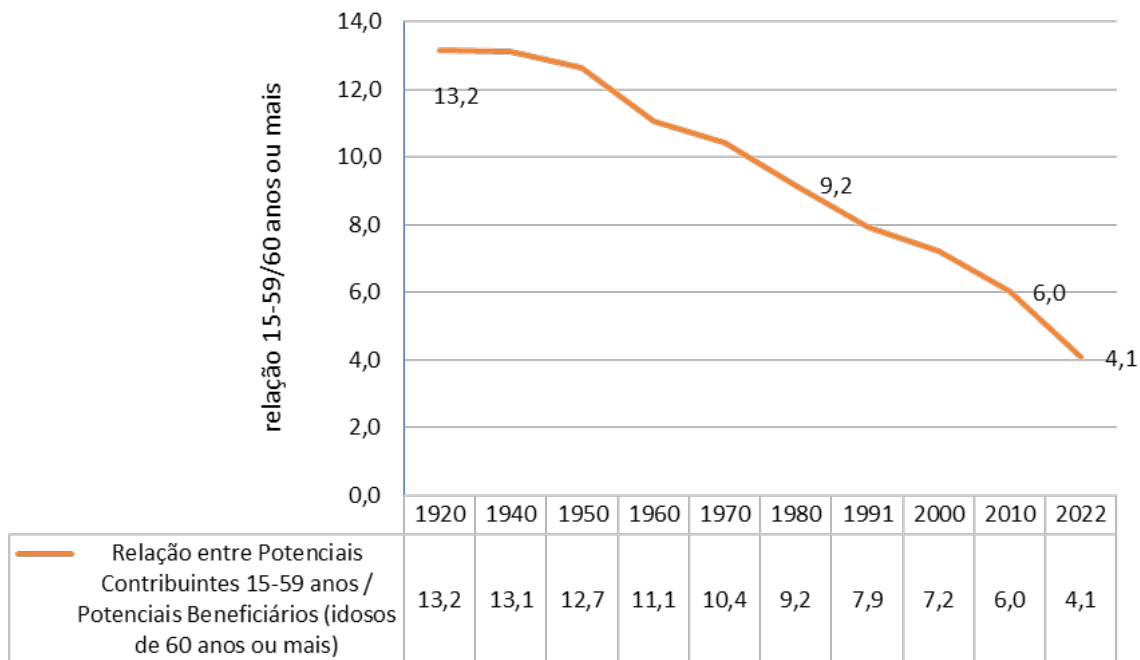
Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE.

Em 1920 havia cerca de 13,2 potenciais contribuintes por idoso, mas com uma queda contínua desde então. Em 1980, essa relação já havia caído para 9,2. Em 2010

e 2022, essas relações caíram para, respectivamente, 6,0 e 4,1 (Gráfico 2).

Essa piora expressiva da relação resultará, necessariamente, em um maior peso relativo da despesa previdenciária para as futuras gerações de trabalhadores ativos, que são as responsáveis, na prática ou no fluxo de caixa, pelo custeio dos benefícios. Também cabe destacar que essa relação é um potencial dado pela demografia, mas a efetiva é ainda menor tendo em vista questões como informalidade, desemprego e pessoas fora da força de trabalho. Ademais, os beneficiários da previdência englobam faixas etárias abaixo da idade 60 anos, seja por regras de aposentadoria como a rural, que permite que as mulheres se aposentem aos 55 anos, seja por benefícios como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte que também são concedidos para pessoas não idosas. Em 2022, por exemplo, a estimativa feita a partir da PNAD Contínua Anual era de um total de 61,9 milhões de contribuintes para a previdência e cerca de 31,4 milhões de beneficiários de aposentadoria, pensão ou Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS), que acaba resultando em uma relação de 1,97 contribuinte por beneficiário. O BPC/LOAS, embora seja assistencial, pode ser considerado uma “aposentadoria” de caráter não contributivo.

Gráfico 2 – Relação Entre Potenciais Contribuintes (15 a 59 Anos)/Potenciais Beneficiários para Previdência Social (60 Anos ou Mais de Idade) – Brasil – 1920 a 2022



Fonte: Elaboração do autor a partir de informações do IBGE.

A comparação dos dados efetivos do Censo de 2022 com o que havia sido projetado pelo IBGE, na sua última projeção populacional de 2018, e também das Nações Unidas, mostra que houve um recuo maior que o esperado na população de 0 a 14 anos (ver Tabela 2A do Anexo). A projeção do IBGE era de um total de 43,9 milhões de pessoas de 0 a 14 anos no ano de 2022, mas o Censo indicou uma população, na referida faixa etária, de 40,1 milhões (nível 8,7% inferior ao estimado). Esse recuo maior do que o esperado pode representar, no futuro, um maior estreitamento da base de contribuintes para a previdência, em especial, se não ocorrer alguma reação da fecundidade pela

possibilidade de algum adiamento na natalidade, até mesmo em função da pandemia.

Enquanto o dado do Censo de 2022 apontou para uma participação dos idosos de 15,8% na população total, a projeção demográfica do IBGE de 2018 estimava que o patamar seria de 15,1%, denotando que o envelhecimento ocorreu de forma mais rápida do que o projetado de acordo com esse indicador.

Nas próximas décadas também deve haver uma piora significativa dessa relação e da razão de dependência de idosos. Pelas projeções da população do IBGE de 2018 e das Nações Unidas, que devem

ser revisadas depois do Censo de 2022, essa relação entre pessoas de 15 a 59 anos/idosos de 60 anos ou mais deve cair ainda mais para, respectivamente, 1,65 e 1,59 em 2060.⁴ As políticas de mercado de trabalho que reduzam o desemprego, a informalidade e elevem a taxa de participação, em especial das mulheres, podem atenuar esses impactos na previdência, mas haverá necessidade fundamental de aumento do ritmo de ganhos de produtividade dos trabalhadores ativos. Cabe destacar que, se por um lado, a redução da informalidade eleva a arrecadação no curto prazo, também tende a incrementar a despesa previdenciária no médio e no longo prazos.

3 Análises Regionais

O processo de envelhecimento populacional tem levado a um incremento da relação entre benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a população total. Além disso, há uma variação relevante dessa relação entre as regiões e as Unidades da Federação do país que refletem, entre outros fatores, o distinto nível de envelhecimento. Em 2010, a relação entre o estoque total de benefícios do INSS e a população total era de 14,4%. Em 2022, essa mesma razão já havia se elevado para 18,2%.⁵ De forma inversa, isso quer dizer que, em 2010, havia 1 benefício do INSS para cada 6,9 residentes no país e, em 2022, essa

relação caiu para 1 benefício para cada 5,5 habitantes.

A comparação da relação entre benefícios do INSS e população total com a participação dos idosos na população total mostra, como seria esperado, uma correlação positiva significativa entre essas variáveis. As duas regiões com menor relação entre benefícios/população eram justamente Norte e Centro-Oeste, que são aquelas com menor participação dos idosos na população total. Por outro lado, as regiões Sul e Sudeste, as mais envelhecidas do país, também são aquelas onde a relação entre benefícios/população é mais elevada (vide Tabela 2).

Enquanto na região Sul a relação estoque de benefícios do INSS em relação à população total chegou ao

patamar de 21,8% no ano de 2022, na região Norte essa mesma razão caía para 11,5%. Essa diferença decorre, entre outros fatores, do fato de que a participação dos idosos na população total é de 10,4% e 17,6%, respectivamente, nas regiões Norte e Sul.

Em geral, para a maioria das regiões e unidades da federação do Brasil o estoque de benefícios do INSS superava a população idosa, sendo a única exceção a região Centro-Oeste. De todas as unidades da federação, apenas em duas o estoque de benefícios do INSS não era maior que o total de idosos, e na realidade era menor: Goiás, que explica o resultado do Centro-Oeste, e Roraima (ver Tabela 3A do Anexo).

Tabela 2 – Participação dos Idosos, Relação Benefícios INSS/População Total em % - Brasil e Regiões - 2022

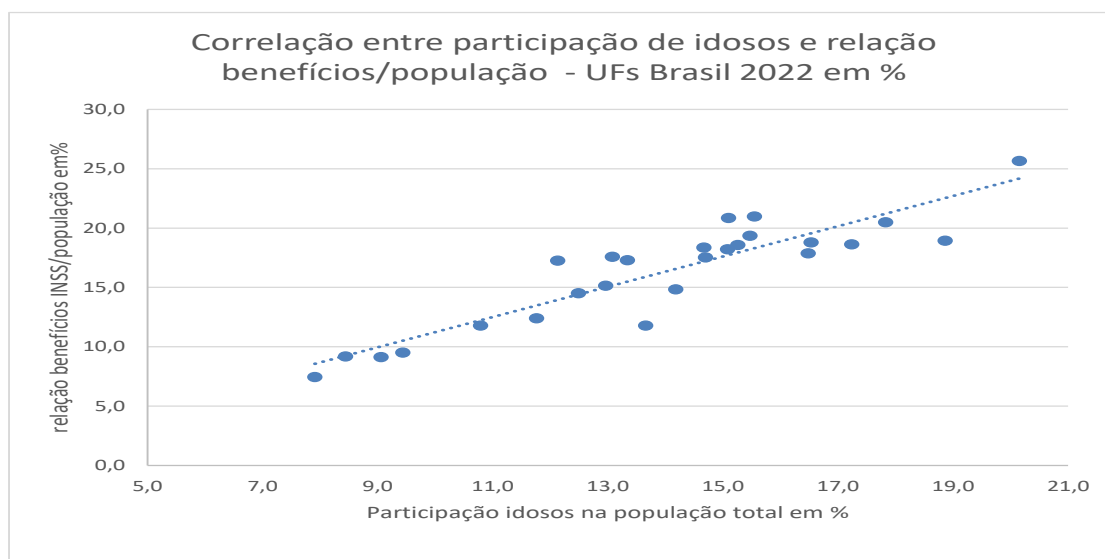
Região	Participação da população idosa na total em %	Relação estoque de benefícios do INSS / população total em %	Relação estoque de benefícios do INSS / população idosa em %
Brasil	15,8	18,2	114,9
Norte	10,4	11,6	111,3
Nordeste	14,5	18,3	126,2
Sudeste	17,6	19,1	108,4
Sul	17,6	21,8	124,1
Centro-Oeste	13,2	13,0	98,7

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE (Censo 2022) e do Ministério da Previdência. Estoque de benefícios do INSS em julho de 2022.

Desagregando ainda mais a unidade geográfica, a análise por unidade da federação reforça ainda mais essa correlação positiva entre a participação dos idosos na população total e a relação entre estoque de benefícios do INSS/população total. Como pode ser visto pelo Gráfico 3 e pela Figura 1, quanto maior a participação dos idosos na população total na unidade da federação, maior tende a ser a relação estoque de benefícios do INSS/população, como seria esperado, tendo em vista o viés da concessão para pessoas com 60 anos ou mais de idade. Contudo, em geral, a relação benefícios/população tende a ser maior que a participação dos idosos na população total, tendo em vista que muitas

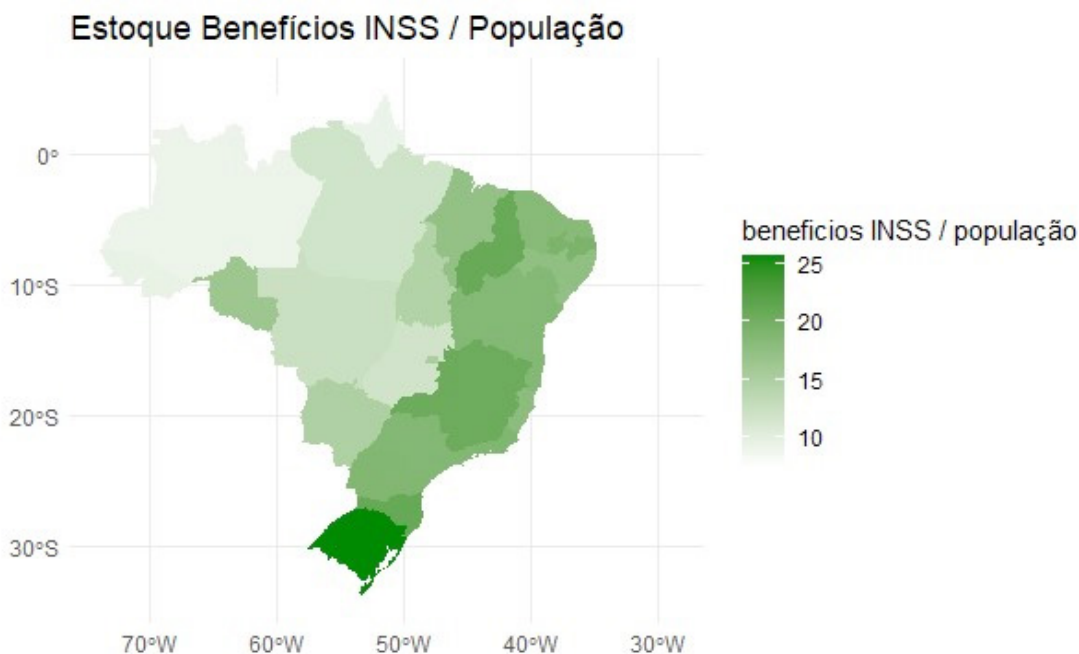
prestações da referida autarquia são concedidas para não idosos. Isso tanto para benefícios de risco – auxílio-doença, pensão por morte e aposentadoria por invalidez – como também há aposentadorias com idade inferior a 60 anos, como por exemplo, a aposentadoria por idade rural com critério de 55 anos para as mulheres. A menor participação das pessoas com 60 anos ou mais era em Roraima (7,9%), que também exibia a menor relação benefícios/população (7,5%) entre as UFs. O Rio Grande do Sul tinha tanto a maior participação de idosos como a mais elevada razão benefícios/população de, respectivamente, 20,2% e 25,7% (ver Tabela 3A do Anexo).

Gráfico 3 – Participação dos Idosos (60 Anos ou Mais) na População Total e Relação Estoque de Benefícios do INSS / População – UFs - 2022



Fonte: elaboração do autor a partir de dados do IBGE e do Ministério da Previdência.

Figura 1 – Relação Estoque de Benefícios do INSS/População – UFs - 2022



Fonte: elaboração do autor a partir de dados do IBGE e do Ministério da Previdência.

4 Considerações Finais

Os resultados iniciais do Censo Demográfico de 2022 não apenas confirmam a continuidade do envelhecimento populacional e o fim do chamado bônus demográfico como também permitem falar em aceleração do referido processo. De forma estrutural, essa tendência demográfica irá gerar uma contínua piora da relação entre potenciais contribuintes e beneficiários para a previdência social. Essa tendência estrutural pode e precisa ser atenuada por políticas adequadas de mercado de trabalho, mas dificilmente pode ser revertida com bom desempenho do mundo laboral, que não vem ocorrendo de forma sustentada desde a forte recessão de 2015/2016. Ademais, o próprio envelhecimento populacional, ao representar uma diminuição relativa e absoluta da força de trabalho, tende a ter impactos negativos também sobre o próprio ritmo de crescimento econômico, que é fundamental para a boa *performance* do mercado laboral. Por essa razão, é, de certa forma, inevitável a tendência de piora da relação

entre contribuintes e beneficiários da previdência social, que já vem ocorrendo.

Do ponto de vista das políticas públicas, será fundamental buscar políticas de redução da informalidade, do desemprego, mas também medidas para tentar incrementar as taxas de participação no mercado de trabalho, em especial, entre as mulheres. Ademais, também será necessário que as políticas públicas previdenciárias sejam pensadas dentro de um contexto de planejamento de médio e longo prazos que busque, de alguma forma, adequar o financiamento da seguridade e previdência social, que serão pressionadas pelo envelhecimento nas próximas décadas e também em função das transformações do mundo do trabalho. As atuais discussões sobre desoneração da folha precisam ser debatidas com maior profundidade sobre seus impactos, inclusive distributivos, e com uma análise conjunta das implicações para o financiamento da previdência e as alternativas para garantir o custeio integral dessa que é a maior política de transferência

de renda, e não de investimento ou geração de renda, quando se consideram os valores monetários envolvidos no pagamento de benefícios.

A previdência é um contrato social intergeracional, que acaba servindo como parâmetro para distribuição da produção futura entre gerações. As políticas, tanto do lado da despesa como do custeio, precisam analisar os impactos futuros na equidade intra e in-

tergeracional de médio e longo prazos das escolhas atuais. Os países com populações envelhecidas e em rápido envelhecimento devem tomar medidas para adaptar as políticas públicas à crescente proporção de pessoas idosas, buscando melhorar a sustentabilidade dos sistemas de seguridade social e previdência e estabelecendo sistemas universais de cuidados de saúde e de longa duração (UNITED NATIONS, 2022).

Anexo

Tabela 1A – Evolução da População Brasileira – 2010 e 2022
Censos Demográficos de 2010 e 2022 – População Total e Grupos Etários

Grupo Etário	2010 em milhões	2022 em milhões	Variação acumulada em %	Variação média anual em %a.a.
0 a 14 anos	45,9	40,1	- 12,6%	- 1,1%a.a.
15 a 59 anos	124,2	130,8	+ 5,3 %	+ 0,4%a.a.
20 a 64 anos	113,8	126,4	+ 11,1 %	+ 0,9%a.a.
60 anos ou mais	20,6	32,1	+ 56,0 %	+ 3,8%a.a.
65 anos ou mais	14,1	22,2	+ 57,4 %	+ 3,9%a.a.
80 anos ou mais	2,9	4,6	+ 56,3%	+ 3,8%a.a.
Total	190,8	203,1	+ 6,5 %	+ 0,5%a.a.

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações do IBGE.

Tabela 2A – Evolução da População Brasileira – 2010 e 2022
Censos Demográficos de 2010 e 2022 – População Total e Grupos Etários

Grupo Etário	Dados Censo 2022	Projeção IBGE de 2018 para 2022	Projeção das Nações Unidas para 2022*
60 anos ou mais	32,1	32,5	31,5
15 a 59 anos	130,8	138,4	140,2
0 a 14 anos	40,1	43,9	43,6
TOTAL	203,1	214,8	215,3
Participação dos Idosos (60 anos ou mais) no Total (em %)	15,8%	15,1%	14,6%

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações do IBGE. * Considerando a projeção média.

Tabela 3 A – População Total e Idosa, Estoque de Benefícios do INSS Segundo Região e Unidade da Federação – Brasil 2022

Região	População Total (a)	60 anos ou mais (b)	Estoque de benefícios INSS (c)	(b) / (a) em %	(c) / (a) em %	(c) / (b) em %
Brasil	203.080.756	32.113.490	36.886.066	15,8	18,2	114,9
Norte	17.355.778	1.809.163	2.013.224	10,4	11,6	111,3
Nordeste	54.657.621	7.914.790	9.990.787	14,5	18,3	126,2
Sudeste	84.840.113	14.967.531	16.218.458	17,6	19,1	108,4
Sul	29.937.706	5.270.929	6.540.832	17,6	21,8	124,1
Centro-Oeste	16.289.538	2.151.077	2.122.760	13,2	13,0	98,7
Rondônia	1.581.196	196.046	259.417	12,4	16,4	132,3
Acre	830.018	78.416	100.797	9,4	12,1	128,5
Amazonas	3.941.613	356.982	360.177	9,1	9,1	100,9
Roraima	636.707	50.460	47.487	7,9	7,5	94,1
Pará	8.121.025	876.422	958.427	10,8	11,8	109,4
Amapá	733.759	61.916	67.446	8,4	9,2	108,9
Tocantins	1.511.460	188.921	219.473	12,5	14,5	116,2
Maranhão	6.775.805	821.871	1.170.167	12,1	17,3	142,4
Piauí	3.271.199	493.899	682.323	15,1	20,9	138,2
Ceará	8.794.957	1.290.533	1.615.786	14,7	18,4	125,2
Rio Grande do Norte	3.302.729	497.891	601.694	15,1	18,2	120,8
Paraíba	3.974.687	615.328	769.837	15,5	19,4	125,1
Pernambuco	9.058.931	1.332.159	1.589.282	14,7	17,5	119,3
Alagoas	3.127.683	409.221	550.352	13,1	17,6	134,5
Sergipe	2.210.004	294.609	382.294	13,3	17,3	129,8
Bahia	14.141.626	2.159.279	2.629.052	15,3	18,6	121,8
Minas Gerais	20.539.989	3.659.936	4.209.035	17,8	20,5	115,0
Espírito Santo	3.833.712	631.398	685.172	16,5	17,9	108,5
Rio de Janeiro	16.055.174	3.025.629	3.043.035	18,8	19,0	100,6
São Paulo	44.411.238	7.650.568	8.281.216	17,2	18,6	108,2
Paraná	11.444.380	1.893.120	2.151.231	16,5	18,8	113,6
Santa Catarina	7.610.361	1.184.393	1.596.950	15,6	21,0	134,8
Rio Grande do Sul	10.882.965	2.193.416	2.792.651	20,2	25,7	127,3
Mato Grosso do Sul	2.757.013	391.091	409.487	14,2	14,9	104,7
Mato Grosso	3.658.649	430.479	454.095	11,8	12,4	105,5
Goiás	7.056.495	964.417	832.029	13,7	11,8	86,3
Distrito Federal	2.817.381	365.090	427.149	13,0	15,2	117,0

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE e do Ministério da Previdência. Estoque de benefícios do INSS em julho de 2022.

Referências

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2022. População por idade e sexo. Pessoas de 60 anos ou mais de idade. Resultados do universo. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, 2023a.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2022. População por idade e sexo. Resultados do universo. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, 2023.

UNITED NATIONS. **Department of Economic and Social Affairs, Population Division World Population Prospects 2022: Summary of Results.** UN DESA/POP/2022/TR/Nº 3, 2022.

4 Essas relações projetadas para 2060 devem ou podem ser revisadas para baixo após os resultados do Censo de 2022. No caso das Nações Unidas, foi utilizada a projeção “média”.

5 Em 2022, considerando a população em 1 de agosto de 2022, de 203,1 milhões e o estoque de benefícios do INSS, no final de julho, de 36,9 milhões. Em 2010, também foi considerada a população em 01/08/2010, de 190,8 milhões e um estoque de benefício do INSS de 27,5 milhões no final de julho.

() Doutor em Economia pela Universidade Autônoma de Madrid. Mestre em Economia pelo IPE/USP e em Direção e Gestão de Sistemas de Seguridade Social pela Universidade de Alcalá/Espanha e pela Organização Ibero-americana de Seguridade Social (OISS). Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo Federal. O autor teve passagens pelo Ministério da Previdência Social (Assessor Especial do Ministro, Diretor do Departamento e Subsecretário do Regime Geral de Previdência Social e Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários), Ministério do Trabalho e Emprego (Assessor Especial do Ministro e Coordenador-Geral de Emprego e Renda), Ministério do Desenvolvimento Social, IPEA (Coordenador de Seguridade Social) e OIT. Foi membro do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) e do Conselho Nacional do Trabalho (CNT). Ganhador do Prêmio Interamericano de Proteção Social (2º lugar) da Conferência Interamericana de Seguridade Social (CISS) em 2015 e do Prêmio SOF de Monografia (2º lugar) do Ministério do Planejamento/ESAF em 2016. Foi Presidente do Cone Sul da Conferência Interamericana de Seguridade Social (CISS) e Vice-Presidente da Comissão de Adultos Mayores da Conferência Interamericana de Seguridade Social (CISS). (E-mail: rogerio.costanzi@uol.com.br).*

1 Embora a idade de início tradicional da contribuição para o trabalho e previdência seja 16 anos, do ponto de vista agregado, usar 15 a 59 anos não gera nenhuma mudança significativa e trata-se de uma faixa etária comum de ser utilizada em estudos demográficos.

2 Estimativa feita a partir dos microdados da PNAD Contínua Anual de 2022 – 5ª visita. Havia um total de 61,8 milhões de contribuintes, e 58,5 milhões tinham entre 15 e 59 anos. Havia um total de 28,5 milhões de beneficiários de aposentadoria e/ou pensão por morte, e 23,1 milhões tinham 60 anos ou mais de idade.

3 Os percentuais de 0,4%a.a. e 3,8%a.a. foram arredondados. O cálculo de 8,7 vezes decorre do cálculo da relação sem arredondamento.